



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

INDICAÇÃO N.º 284/2023

Sr. Presidente

Srs. Vereadores

INDICO À MESA, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Poder Executivo, encaminhando ANTEPROJETO DE LEI que dispõe sobre a Lei Orgânica da Guarda Civil Municipal de Votuporanga e dá outras providências, para que após estudos o mesmo seja enviado na forma de Projeto de Lei para deliberação deste Parlamento.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 17 de abril de 2023.

JEZEBEL SILVA

VEREADORA

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

Praça “Vereador Viana Filho” - Vila América  
CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188  
CNPJ 49.677.917/0001-14  
[www.camaravotuporanga.sp.gov.br](http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br)



Documento assinado pelo(s): JEZEBEL SILVA.  
(\*) (\*) AVISO: ESTE DOCUMENTO FOI IMPORTADO DE OUTRO APLICATIVO E PODE APRESENTAR DIVERGÊNCIAS OU FALHAS NAS INFORMAÇÕES EXIBIDAS. (1)(0)(1)  
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<>> DATA / HORA DA IMPORTAÇÃO: 12/02/2026 11:59:09 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.  
CHAVE DE ACESSO: PROTM-184548-4M1T8E-2U5L7Z | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

## ANTEPROJETO DE LEI

(DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE VOTUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU NOS TERMOS DO INCISO III, DO ARTIGO 53, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

### CAPÍTULO I

#### DA DEFINIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

Art. 1º A Guarda Civil Municipal de Votuporanga é uma instituição pública de caráter civil uniformizada, podendo ser armada conforme previsto em lei, subordinada ao Chefe do Executivo, integrante do organograma administrativo da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança, destinada a executar a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as atribuições da União, dos Estados e do Distrito Federal e de acordo com a Lei Federal nº 13.022, de 08 de Agosto de 2014.

#### Seção I

##### Dos Princípios

Art. 2º São princípios mínimos de atuação da Guarda Civil Municipal:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III – patrulhamento preventivo;

IV – compromisso com a evolução social da comunidade; e

V – uso progressivo da força.

#### Seção II

##### Das Atribuições

Art. 3º É atribuição geral da Guarda Civil Municipal a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Parágrafo único. Os bens mencionados no "caput" abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 4º São atribuições específicas da Guarda Civil Municipal, respeitadas as atribuições dos órgãos federais e estaduais:

I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;

II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, de forma concorrente, nos termos da [Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) (Código de Trânsito Brasileiro);

VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;

VIII – cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;

IX – interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;

X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Documento assinado por (s): JEZUSILVA. (\*) (\*) (\*) AVISO: ESTE DOCUMENTO FOI IMPORTADO DE OUTRO APLICATIVO E PODE APRESENTAR DIVERGÊNCIAS OU FALHAS NAS INFORMAÇÕES EXIBIDAS. (1)(0)(1) e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<>> DATA / HORA DA IMPORTAÇÃO: 12/02/2026 11:59:09 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP. CHAVE DE ACESSO: PROT-184548-4M1T8E-2U5L7Z | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;

XIV - encaminhar à autoridade policial, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;

XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;

XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários;

XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Guarda Civil Municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União e dos Estados ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do "caput" do art. 144 da [Constituição Federal](#), deverá a Guarda Civil Municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.

Art. 5º A Guarda Civil Municipal integra o organograma da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança.

Parágrafo único. A estruturação hierárquica na Guarda Civil Municipal é composta pelas seguintes funções e emprego:

I – Comandante Geral da Guarda Civil Municipal: função de confiança, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, atribuída a servidor com descrição sumária de funções constante na organização administrativa da Prefeitura do Município de Votuporanga;

II – Corregedor Geral da Guarda Civil Municipal: função de confiança, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, atribuída a servidor público titular de cargo de provimento efetivo de Guarda Civil Municipal, com descrição sumária de funções constante na organização administrativa da Prefeitura do Município de Votuporanga;

III - Inspetor da Guarda: função de confiança, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, atribuída a servidor público titular de cargo de provimento efetivo de Guarda Civil Municipal;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.  
(\*) (\*) AVISO: ESTE DOCUMENTO FOI IMPORTADO DE OUTRO APLICATIVO E PODE APRESENTAR DIVERGÊNCIAS OU FALHAS NAS INFORMAÇÕES EXIBIDAS. (1)(0)(1)  
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>> DOCUMENTO OFICIAL <<<>> DATA / HORA DA IMPORTAÇÃO: 12/02/2026 11:59:09 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.  
CHAVE DE ACESSO: PROTM-184548-4M1T8E-2U5L7Z | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

com descrição sumária de funções constante do Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos da Prefeitura do Município de Votuporanga;

IV - Guarda Civil Municipal: cargo público de provimento efetivo, com descrição sumária de funções constante do Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos da Prefeitura do Município de Votuporanga.

## CAPÍTULO II DO PROCESSO DE SELEÇÃO E DA ADMISSÃO DOS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS

Art. 6º Os Guardas Civis Municipais serão admitidos somente por meio de concurso público, devendo obedecer a todas as exigências previstas no edital de concurso público que disciplinará o seu ingresso.

§ 1º São requisitos básicos para investidura no cargo público de Guarda Civil Municipal:

I – possuir nacionalidade brasileira;

II – estar em pleno gozo direitos políticos;

III – estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;

IV – possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

V – possuir curso de nível médio completo;

VI – possuir plena aptidão física, biológica, mental e psicológica, inclusive para manuseio de arma de fogo, atestada em laudo conclusivo fornecido por psicólogo do quadro da Polícia Federal ou por este credenciado;

VII - possuir idoneidade moral comprovada por investigação social, não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, e apresentar certidões cíveis e criminais expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal, eleitoral e militar, para os casos de candidatos que já exerceram cargos militares, dentre outras que se julgarem necessárias;

VIII - não registrar antecedentes criminais;

IX - possuir carteira de habilitação de categoria "B" (automóveis) ou categorias superiores ou categoria "A" (moto), tendo em vista a natureza e atribuições do emprego;

X - não ter sido demitido do serviço público.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Documento assinado pelo(s) JEZEBEL SILVA  
(\*) (\*) AVISO: ESTE DOCUMENTO FOI IMPORTADO DE OUTRO APLICATIVO E PODE APRESENTAR DIVERGÊNCIAS OU FALHAS NAS INFORMAÇÕES EXIBIDAS. (1)(0)(1)  
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>> DOCUMENTO OFICIAL <<<>> DATA / HORA DA IMPORTAÇÃO: 12/02/2026 11:59:09 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.  
CHAVE DE ACESSO: PROTM-184548-4M1T8E-2U5L7Z | Para validar: acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

§ 2º Considerando-se que a natureza e as atribuições do cargo público de Guarda Civil Municipal que exigem aptidão plena do candidato ao seu exercício (inciso VI do § 1º), não haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência nos editais dos concursos públicos para provimento deste emprego, com base no permissivo legal constante no inciso II do art. 38 do [Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999](#).

§ 3º Será assegurado para o cargo público de Guarda Civil Municipal o percentual mínimo de dez por cento para o sexo feminino.

Art. 7º O processo de seleção pública será sempre definido no edital do concurso público, devendo ser composto obrigatoriamente de:

I – prova escrita objetiva e/ou discursiva;

II – avaliação de aptidão física;

III – avaliação psicológica;

IV – investigação social;

V – avaliação médica, através de exames clínicos e laboratoriais, inclusive o exame toxicológico de larga janela de detecção.

Parágrafo único. O edital do concurso público deverá disciplinar minuciosamente cada uma das avaliações, suas etapas e seus critérios eliminatórios e/ou classificatórios.

Art. 8º Os Guardas Cíveis Municipais serão admitidos sob o mesmo regime de contratação do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO III

### DA FORMAÇÃO, DO SISTEMA DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS GUARDAS CÍVIS MUNICIPAIS

Art. 9º Os Guardas Cíveis Municipais aprovados no concurso público, após contratação, deverão ingressar no curso de formação, que tem por objetivo principal capacitá-los para o exercício de suas atribuições.

§ 1º Para fins do disposto no "caput", o curso de formação obedecerá à matriz curricular nacional para formação de Guardas Cíveis Municipais, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, podendo ser acrescentadas disciplinas conforme determinação do Secretário Municipal de Cooperação dos Assuntos de Segurança Pública.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

§ 2º No curso de formação referido no § 1º, a disciplina de capacidade técnica para manuseio de arma de fogo deverá conter:

I - treinamento técnico com arma de fogo de, no mínimo, 60 (sessenta) horas para armas de repetição e 100 (cem) horas para arma semiautomática;

II - mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) de conteúdo prático;

III - técnicas de tiro defensivo e defesa pessoal.

Art. 10. Os Guardas Civis Municipais, para concluir o Curso de Formação Básica, deverão cumprir estágio, não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 11. A aprovação no curso de formação é condição imprescindível para o início de suas atividades.

Art. 12. O Guarda Civil Municipal deverá ser aprovado no curso de formação com um aproveitamento de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina, e cumprir, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do estágio.

Art. 13. A requalificação é atividade obrigatória na Guarda Civil Municipal, devendo ser realizada através de curso de, no mínimo, 80 (oitenta) horas ao ano, conforme disposto em planejamento específico do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. O planejamento mencionado no "caput" deverá ser aprovado pelo Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança.

## CAPÍTULO IV DOS UNIFORMES, DO SEU USO E DAS PROIBIÇÕES

Art. 14. O uniforme de uso obrigatório da Guarda Civil Municipal será fornecido pelo Município de Votuporanga e composto de:

I - uniforme básico:

a) camisa na cor azul marinho;

b) calça na cor azul marinho;

c) boné na cor azul marinho;

d) cinto de tecido "nylon" na cor azul marinho, com fivela em metal prateado;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

e) botina (borzeguim) em cano curto, em couro ou material sintético similar, na cor preta e com cadarços de amarração.

II – uniforme básico inverno:

a) camisa na cor azul marinho;

b) calça na cor azul marinho;

c) boné na cor azul marinho;

d) cinto de tecido "nylon" na cor azul marinho, com fivela em metal prateado;

e) botina (borzeguim) em cano curto, em couro ou material sintético similar, na cor preta e com cadarços de amarração;

f) blusa de inverno, com fechamento em zíper, na cor azul marinho, com mangas longas e forro interno, tipo japonesa; ou

g) blusa de couro de mangas longas.

III – uniforme motoqueiro:

a) camisa na cor azul marinho;

b) calça modelo montaria na cor azul marinho;

c) boné na cor azul marinho;

d) cinto de tecido "nylon" na cor azul marinho, com fivela em metal prateado;

e) bota de motoqueiro com zíper (modelo rodoviário);

f) luva de couro para motoqueiro.

IV – uniforme motoqueiro inverno:

a) camisa na cor azul marinho;

b) calça modelo montaria na cor azul marinho;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

- c) boné na cor azul marinho;
- d) cinto de tecido "nylon" na cor azul marinho, com fivela em metal prateado;
- e) bota de motoqueiro com zíper (modelo rodoviário);
- f) luva de couro para motoqueiro;
- g) blusa de inverno, com fechamento em zíper, na cor azul marinho, com mangas longas e forro interno, tipo japona; ou
- h) blusa de couro de mangas longas.

§ 1º Os itens abaixo fazem parte do uniforme que será fornecido pelo Município, sendo facultativo o seu uso:

- I - capas de chuva de cor azul;
- II - capas de chuva para motoqueiro.

Art. 15. São equipamentos de uso obrigatório pelos Guardas Civis Municipais, os abaixo relacionados:

I – equipamentos básicos:

- a) cinto tipo "policial", em cor preta, de material couro ou sintético semelhante ao couro, contendo porta-tonfa, porta-algemas e porta espargidor;
- b) fiel duplo trançado na cor preta;
- c) apito;
- d) bastão tonfa;
- e) algemas;
- f) colete balístico de, no mínimo, nível II;
- g) espargidor de agente pimenta;
- h) coldre para arma não letal;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

i) arma não letal.

II - equipamentos de uso obrigatório, quando da instituição pela Administração Municipal do uso de arma letal, nas atividades a serem regulamentadas pelo Poder Executivo:

a) coldre para arma letal;

b) arma letal.

§ 1º Ficam dispensados do uso dos equipamentos previstos nos incisos do "caput" os Guardas Civis Municipais que atuarem em atividades administrativas na sede da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte e Segurança, na sede da Guarda Civil Municipal, enquanto permanecerem nos respectivos recintos.

§ 2º Considerando a segurança do Guarda Civil Municipal, poderão ser adquiridos outros equipamentos de uso obrigatório, que deverá constar em lei ou decreto municipal.

Art. 16. O uniforme de treinamento será composto de calça em tecido tipo "jeans", camiseta com manga na cor branca, meias brancas e tênis em cor preta.

Parágrafo único. O uniforme de treinamento será utilizado durante o período de formação e requalificação do Guarda Civil Municipal, sendo de sua responsabilidade a aquisição.

Art. 17. O uniforme de educação física será composto de camiseta na cor branca com manga e shorts inteiramente na cor azul marinho, meias brancas e tênis em cor preta.

§ 1º Os Guardas Civis Municipais do sexo feminino deverão obrigatoriamente utilizar, sob o uniforme, além de um "top" ou sutiã sob a camiseta.

§ 2º O uniforme de educação física também será fornecido ao Guarda Civil Municipal.

Art. 18. A camiseta branca deverá ser com gola careca e de manga curta.

Art. 19. O prazo para aquisição do uniforme de treinamento e do uniforme de educação física ficará a cargo do Comando Geral da Guarda Civil Municipal, que deverá observar um prazo razoável.

Art. 20. Os uniformes só poderão ser utilizados pelos Guardas Civis Municipais no desempenho de suas atividades profissionais, quando de serviço ou "in itinere", ou seja, indo para o posto de trabalho ou dele retornando para a sua residência ou destino, sendo vedada a utilização em quaisquer outras hipóteses.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Parágrafo único. Poderão ser criados outros modelos de uniformes mediante proposta do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal e aprovação do Secretário Municipal de Trânsito e do Prefeito Municipal.

Art. 21. A apresentação pessoal dos Guardas Civis Municipais levará em conta os aspectos constantes dos parágrafos, incisos e alíneas do presente artigo.

§ 1º O corte de cabelo deverá obedecer ao seguinte padrão:

I - para os Guardas Civis Municipais do sexo masculino, o corte de cabelo deverá ser aparado baixo, sendo o “pé” reto com as bordas arredondadas ou disfarçado e a costeleta com, no máximo, (dois) centímetros abaixo da interseção da orelha, sendo vedado topete alto;

II - para os Guardas Civis Municipais do sexo feminino, a escolha do tipo de corte é opcional, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) curto, sendo vedado o corte rente ao couro cabeludo (raspado), ou mais baixo que o estabelecido para os Guardas Civis Municipais do sexo masculino; ou

b) longo, ultrapassando 5 (cinco) centímetros da linha inferior da parte posterior da gola da camisa ou túnica, preso por coque baixo, fixado na altura da nuca, sem acessórios desnecessários, coloridos ou exagerados, sendo facultativo o uso complementar de gel fixador; os Guardas Civis Municipais femininos motociclistas, com cabelos longos, deverão usar trança única, pendente na parte posterior e inferior da cabeça (na altura da nuca), quando conduzindo a moto.

§ 2º É proibido o uso de:

I – quaisquer postiços (perucas), ressalvados os casos de lesões, de queda acentuada e precoce dos cabelos ou em decorrência de tratamento médico que implique no mesmo resultado, mediante autorização do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal, devidamente justificada, por meio de parecer médico, e arquivada em seu prontuário individual;

II - presilhas, laços ou similares, miçangas e contas coloridas, exceto os grampos e ornamentos necessários à fixação do coque ou da trança, quando usados de forma discreta e na cor dos cabelos;

III - penteado exagerado (cheio ou alto);

IV - penteado que venha cobrir a testa, total ou parcialmente, quando com cobertura;

V – produto que altere demasiadamente a cor dos cabelos registrada na identidade funcional;

VI – gel que contenha “glitter” (produto brilhante de bases purpurinada e de mica pulverizada)

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

material semelhante;

VII – barba, cavanhaque e costeletas, exceto o uso de bigode, desde que não seja retorcido e não seja exagerado (cheio, excedendo na lateral a comissura da boca ou abaixo da linha do lábio superior);

§ 3º O uso de corte de cabelo fora dos padrões estabelecidos nesta Lei só será permitido para encobrir lesão fisionômica, mediante autorização, devidamente justificada, do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal, que deverá ser arquivada no prontuário funcional.

§ 4º Para as mulheres, quando em uniforme de gala em solenidade noturna, é permitido o uso de brilho discreto.

§ 5º O uso de adornos pelos Guardas Cívicos Municipais deverá observar os seguintes parâmetros:

I - permissão, aos Guardas Cívicos Municipais do sexo masculino e feminino, do uso de, no máximo:

- a) uma corrente, desde que não seja visível sob o uniforme;
- b) uma pulseira, desde que discreta e sem pingentes;
- c) um anel de compromisso (aliança ou similar);
- d) um anel de formatura ou similar;
- e) um relógio com pulseira discreta e sem pingentes.

III – permissão, aos Guardas Cívicos Municipais do sexo feminino, do uso de, no máximo, um par de brincos solitário com tarraxa e incrustação de pedra, pérola ou do modelo “bolinha de ouro”, devendo ser pequenos (até 8 milímetros de diâmetro), discretos e sem pingentes;

IV – vedação, aos Guardas Cívicos Municipais do sexo masculino e feminino, do uso de gargantilha, bracelete, “piercing” (este quando se apresentar visível) e adornos semelhantes;

§ 6º O uso discreto de qualquer tipo de adorno, para os padrões de normalidade e aceitabilidade da Guarda Civil Municipal de Votuporanga é aquele que, se tiver que despertar atenção, terá de ser pessoal, sem causar alarde ou sobressalto, destacando-se que o uso de adorno exagerado e/ou o uso de adornos indistintamente, além de indiscreto, compromete a segurança pessoal, uma vez que pode servir de instrumento para se perpetrar eventual delito contra o próprio usuário.

§ 7º Os Guardas Cívicos Municipais poderão usar tatuagem, obedecidas as seguintes condições:

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

I – a tatuagem não pode atentar contra a moral e os bons costumes;

II – deve ser de pequenas dimensões, sendo vedado cobrir regiões ou membros do corpo na sua totalidade.

§ 8º Os Guardas Civis Municipais do sexo feminino poderão usar maquiagem discreta e esmalte nas unhas das mãos; a maquiagem adequada, deve estabelecer um equilíbrio com a cor da pele, sem exageros, deixando o rosto harmonioso.

## CAPÍTULO V DA CARREIRA, DAS PROMOÇÕES E DO ADICIONAL DE RISCO

Art. 22. A carreira e as promoções dos Guardas Civis Municipais serão regulamentadas pelo Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos da Prefeitura do Município de Votuporanga.

Art. 23. Os Guardas Civis Municipais que não estiverem exercendo atividades coordenadas pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança terão suspenso o pagamento do adicional de risco.

## CAPÍTULO VI DO PORTE DE ARMA DE FOGO

Art. 24. Fica a critério da Administração Municipal instituir o uso da arma de fogo aos Guardas Civis Municipais.

Parágrafo único. Os Guardas Civis Municipais com porte de arma de fogo deverão ser submetidos, a cada dois anos, a teste de capacidade psicológica e sempre que estiverem envolvidos em evento de disparo de arma de fogo em via pública, com ou sem vítima, deverão realizar relatório circunstanciado ao Comando Geral da Guarda Civil Municipal e à Corregedoria Geral da Guarda Civil Municipal para justificar o motivo da utilização da arma.

## CAPÍTULO VII DOS DIREITOS, DEVERES E COMPROMISSOS ÉTICOS DOS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS

Art. 25. Os direitos e deveres dos componentes da Guarda Civil Municipal de Votuporanga são constantes no Estatuto do Servidor Público do Município e demais leis municipais vigentes.

Art. 26. O comportamento ético dos Guardas Civis Municipais, nos seus diversos níveis, deve pautar-se pela rígida observância de preceitos norteados pelo compromisso de cumprir com seus deveres, respeitar os direitos das pessoas, independente de sexo, religião, ideologia, cor, idade, honra pelo decoro da classe, zelar pela proteção do patrimônio e dos serviços da municipalidade, podendo ser sintetizado na observância das seguintes medidas:

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

I - respeitar o ser humano, em sua vida, integridade física, moral, dignidade e honra;

II - amar a verdade e a responsabilidade como fundamento da dignidade pessoal;

III - agir com autoridade e nunca exceder-se no uso da força ou do poder que lhe confere a lei;

IV - cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos, instruções e ordens de autoridades superiores;

V – ser justo e imparcial no julgamento dos atos praticados por terceiros;

VI – aprimorar-se continuamente na sua função, sempre objetivando melhorar a qualidade do serviço prestado, entendendo que, em assim agindo, estar-se-á propiciando mais qualidade de vida aos cidadãos;

VII – dedicar-se integralmente e com amor à causa pública;

VIII - dar importância a tudo o que faz, por espontânea vontade ou por ordem recebida, procurando executar da melhor forma possível;

IX - estimular em seus atos, a camaradagem e o espírito de cooperação;

X - ser discreto nas suas atitudes, nas maneiras, na sua fala e na escrita;

XI - acatar todas as ordens das autoridades superiores, legalmente constituídas, desde que não contraditórias à lei, à moral, aos bons costumes e aos direitos humanos;

XII - não divulgar assuntos de natureza sigilosa, cujo conhecimento deva ser restrito;

XIII - agir na vida pública ou privada de forma ilibada;

XIV - não se desviar da ética pública, de forma a cumprir seus deveres e se abster de atos que infrinjam as vedações contidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

XV - em momento algum, e sob nenhum pretexto, utilizar-se de sua função pública para obter vantagem, pecuniária ou não, ou mesmo facilidades de quaisquer natureza, que possam garantir benefício a si ou a terceiros, relacionados ou não a sua atividade específica;

XVI - dedicar-se com toda a sua potencialidade para a elevação do bom nome da Guarda Municipal e, de forma genérica, de todo o funcionalismo público;

XVII - não se utilizar de artifícios para esquivar-se do trabalho;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

XVIII - comunicar imediatamente ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal e elaborar devido boletim de ocorrência referente ao extravio, furto ou roubo de arma não letal ou arma de fogo que estiver sob sua responsabilidade ou do Certificado de Registro de Arma de Fogo, bem como a sua recuperação;

XIX - comunicar imediatamente ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal e elaborar devido boletim de ocorrência referente ao extravio, furto ou roubo de quaisquer equipamentos ou uniformes fornecidos pelo Município de Votuporanga, que estiver sob sua responsabilidade;

XX – comunicar imediatamente ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal a mudança de domicílio;

XXI – realizar relatório circunstanciado ao Comando Geral da Guarda Civil Municipal e Corregedoria Geral da Guarda Civil Municipal sempre que estiver envolvido em evento de disparo de arma não letal ou arma de fogo em via pública, com ou sem vítima, para justificar o motivo da utilização da arma.

## CAPÍTULO VIII

### DA DISCIPLINA, DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS DISCIPLINARES, DAS PENALIDADES E DA COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 27. A disciplina e a hierarquia são atributos essenciais a serem observados por todos os integrantes da Guarda Civil Municipal de Votuporanga, e se compõem de atos relacionados à pronta obediência das ordens superiores, à disciplina coletiva, ao respeito e ao cumprimento desta lei orgânica, das normas municipais vigentes, da legislação federal e estadual em vigor, da moral e dos bons costumes, assim como dos princípios constitucionais e administrativos como a legalidade, a moralidade, a probidade, a proporcionalidade, a razoabilidade, a prevalência do interesse público sobre o particular, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência no exercício das atribuições de cada integrante da Guarda Civil Municipal.

Art. 28. As infrações administrativas disciplinares são atos ilícitos administrativos praticados pelos integrantes da Guarda Civil Municipal durante o exercício de suas funções que ferem a disciplina, a hierarquia, a legislação municipal, estadual e federal em vigor, a moral e os bons costumes, bem como os princípios constitucionais e administrativos como a legalidade, a moralidade, a probidade, a proporcionalidade, a razoabilidade, a prevalência do interesse público sobre o particular, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência.

Art. 29. As infrações administrativas disciplinares serão apuradas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais que estabelece o regime disciplinar, ritos para sindicâncias e processos administrativos disciplinares no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Votuporanga.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Art. 30. Em observância aos princípios da legalidade, da tipicidade, da dignidade da pessoa humana, da segurança jurídica, do contraditório e da ampla defesa, a acusação de um integrante da Guarda Civil Municipal pela prática de uma conduta que se considere ilegal, moral, lesiva aos bons costumes, à hierarquia e à disciplina deverá se basear nas exatas e específicas descrições das infrações administrativas disciplinares dispostas nesta lei orgânica e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, não podendo ser genérica e sem fundamento em lei vigente.

Art. 31. São penalidades aplicáveis aos integrantes da Guarda Civil Municipal que praticarem infração administrativa disciplinar nos termos desta Lei:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas exclusivamente pelo Prefeito Municipal, após prévio processo administrativo disciplinar, garantido o contraditório e a ampla defesa, quando houver prova suficiente da autoria e da materialidade da prática de infração administrativa disciplinar por integrante da Guarda Civil Municipal, conforme previsão nesta lei orgânica e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º Nenhuma penalidade será aplicada em sede de sindicância administrativa, avaliação de desempenho ou qualquer outra forma diversa da constante no § 1º deste artigo.

§ 3º Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, os antecedentes funcionais e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 32. A penalidade de advertência será aplicada por escrito no caso de prática das seguintes infrações administrativas disciplinares, observando-se o § 2º do art. 31 desta Lei:

I - deixar de apresentar-se, estando em serviço, ao superior responsável por sua fiscalização;

II - atrasar-se, sem justo motivo, para assumir seu posto de serviço;

III - faltar, sem justo motivo, a ato de serviço;

IV - comparecer com uniforme ou equipamentos em desalinho para o serviço ou apresentar-se, mesma forma, em público;

V - atrasar-se em demasia ou não comparecer à convocação do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Municipal, em situações que exijam emprego extraordinário;

VI – apresentar-se em público ou para atividade interna não observando as normas de apresentação pessoal, referidas no art. 21 desta Lei;

VII – transportar cestas, sacolas ou grandes objetos estando uniformizado;

VIII - realizar atividades particulares durante o horário de serviço, exceto se obtiver autorização especial de seu superior imediato;

IX – faltar com o devido respeito às autoridades civis, militares e eclesiásticas;

X – simular moléstia para obter dispensa do serviço, licenças ou quaisquer outras vantagens;

XI – permitir a entrada ou permanência de pessoas estranhas em local de serviço, onde seja vedada tal medida;

XII – preterir ordens ou orientações emanadas de superiores, diretamente ou por qualquer meio de comunicação;

XIII - faltar em ato de ofício, requisição legal ou convocações feitas tempestivamente;

XIV - deixar de prestar os devidos sinais de respeito aos superiores hierárquicos;

XV – não responder aos sinais de respeito prestados pelos subordinados;

XVI - dirigir-se de forma descortês ou desrespeitosa aos superiores e ao subordinado;

XVII - não zelar pelo material que lhe fora confiado para o exercício de suas funções;

XVIII - criticar ato de superior hierárquico, sem observar os mecanismos normais de recursos previstos;

XIX - adotar postura inadequada em posto de serviço ou na execução de atividades;

XX - permanecer em desatenção durante o serviço, ou ser surpreendido nesta situação;

XXI - omitir-se em comunicar a falta disciplinar praticada por outro Guarda Civil Municipal;

XXII – utilizar-se de uniformes ou insígnias indevidamente, inclusive sobrepondo peças, equipamentos que não sejam os autorizados para o serviço;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

XXIII - deixar de comunicar ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal, a mudança de número de telefone e ainda dados de interesse da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança;

XXIV - retirar das instalações da Guarda Civil Municipal ou de qualquer outra repartição pública quaisquer documentos, livros ou objetos, sem autorização de quem de direito;

XXV - perambular ou permanecer uniformizado por logradouros públicos ou áreas privadas, estando fora de seu horário de serviço;

XXVI – não observar regras de boa conduta social, estando em público;

XXVII - deixar de atender a reclamação justa de subordinado ou impedi-lo de recorrer-se a autoridade superior, nos casos em que couber;

XXVIII - deixar de prestar informações que lhe compete dar, estando em serviço;

XXIX - atrasar-se no cumprimento de tarefas especiais transmitidas por superior hierárquico relacionadas à execução de atividade operacional ou administrativa;

XXX - deixar de comunicar a chefia imediata, a tempo, os motivos da falta ao serviço, mesmo que justificada;

XXXI - deixar de entregar ao Comando Geral da Guarda Civil Municipal o comprovante de justificativa de ausência, no primeiro dia após a regularização.

Art. 33. A penalidade de suspensão, que não excederá 30 (trinta) dias, será aplicada no caso de reincidência da prática de infração administrativa disciplinar punida com advertência e no caso de prática das seguintes infrações administrativas disciplinares, observando-se o § 2º do art. 31 desta Lei:

I - utilizar-se de veículos oficiais e quaisquer outros meios da Guarda Civil Municipal ou da Prefeitura Municipal sem autorização de quem de direito ou fazê-lo para fins particulares;

II – não observar as regras de trânsito previstas no Código de Trânsito Brasileiro, esclarecendo que a falta não exime a devida responsabilização prevista na norma específica, ou seja, a aplicação autuação;

III - omitir-se em suas responsabilidades ou de seus subordinados quando no cumprimento de tarefas que lhe são afetas;

IV - dirigir veículo oficial com negligência, imprudência ou imperícia;

V - frequentar locais uniformizado, quando fora de seu turno de serviço;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Documento assinado pelo(a) JEZEBEL SILVA.  
(\*) (\*) AVISO: ESTE DOCUMENTO FOI IMPORTADO DE OUTRO APLICATIVO E PODE APRESENTAR DIVERGÊNCIAS OU FALHAS NAS INFORMAÇÕES EXIBIDAS. (1)(0)(1)  
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>> DOCUMENTO OFICIAL <<<>> DATA / HORA DA IMPORTAÇÃO: 12/02/2026 11:59:09 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.  
CHAVE DE ACESSO: PROT-184548-4M1T8E-2U5L7Z | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

- VI - ofender moralmente pessoa sob sua custódia ou familiares desta;
- VII - transitar em veículo da Guarda Civil Municipal estando em trajes civis, sem autorização de quem de direito;
- VIII - deixar de comunicar aos superiores, faltas graves ou crimes dos quais tenha conhecimento;
- IX - deixar de prestar auxílio que esteja ao seu alcance a quem necessite;
- X - introduzir ou tentar introduzir bebida alcoólica em dependência pública;
- XI - induzir superior a erro por transmitir informações inexatas;
- XII - negar-se a receber material ou equipamento do qual deva ser detentor;
- XIII - trocar serviço sem permissão;
- XIV - utilizar-se de interferência de terceiros para obter vantagem ou benefício em sua função na Guarda Civil Municipal;
- XV - trabalhar mal intencionalmente ou por falta de atenção;
- XVI - faltar com a verdade;
- XVII - concorrer para a promoção da desarmonia entre os funcionários públicos;
- XVIII – fornecer notícia falsa a qualquer meio de comunicação;
- XIX – aconselhar para que não seja cumprida ordem dada ou mesma retardada a sua execução;
- XX – exercer atividade incompatível com a de Guarda Civil Municipal;
- XXI – usar de sua condição funcional para perseguir desafeto;
- XXII - apresentar-se uniformizado quando em situações em que não lhe for permitido;
- XXIII - ceder para uso de terceiros, que não sejam Guardas Civis Municipais, insígnias, peças uniforme ou equipamentos de uso desta corporação;
- XXIV - abandonar, sem justo motivo, o posto de vigilância;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

XXV - dormir durante o turno de serviço;

XXVI - apresentar-se em visível estado de embriaguez para o serviço;

XXVII - usar linguagem ofensiva ou injuriosa em requerimento, comunicação, informação ou quaisquer atos semelhantes;

XXVIII - praticar na vida privada, ato que afete sua reputação na vida pública;

XXIX - utilizar-se do anonimato para qualquer fim;

XXX - liberar pessoa presa que se tem sob sua custódia, sem autorização de quem de direito;

XXXI - entregar ou permitir que se entregue à pessoa estranha sua carteira funcional;

XXXII - vender ou ceder peças de seu uniforme ou equipamento;

XXXIII - ofender subordinados com palavras ou gestos;

XXXIV - ofender ou ameaçar, ainda que por gestos, superiores hierárquicos;

XXXV - promover desordem;

XXXVI - agredir companheiro do serviço público, superior hierárquico ou subordinado;

XXXVII - recusar-se a ajudar funcionários públicos, mesmo que de outras esferas, quando requisitado ou solicitado;

XXXVIII - censurar ato legítimo praticado por superior;

XXXIX – deixar de atender a pedido de socorro;

XL – omitir-se em atender solicitações ou ocorrências;

XLI – praticar ato de violência ou qualquer outro ato considerado atentatório aos direitos humanos no exercício da função;

XLII - adulterar documento em proveito próprio ou de terceiros;

XLIII - tenha se utilizado do armamento para fins particulares, notadamente para exercer atividade remunerada fora do serviço;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

XLIV - tenha deixado de observar as cautelas necessárias para impedir que terceiros se apoderem de arma de fogo que esteja sob sua posse;

XLV - tenha disparado arma de fogo que esteja sob sua responsabilidade sem justo motivo;

XLVI - tenha portado arma de fogo ostensivamente, salvo nos casos de flagrante que enseje iminente risco de vida ao Guarda Civil Municipal ou terceiros;

XLVII - tenha portado arma de fogo adentrando ou permanecendo em locais públicos, tais como igrejas, escolas, estádios desportivos, clubes, agências bancárias ou outros locais onde haja aglomeração de pessoas em virtude de eventos de qualquer natureza, excetuando-se nos casos onde o Guarda Civil Municipal esteja uniformizado, em serviço e devidamente escalado para os locais do evento;

XLVIII - tenha portado arma de fogo em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas ou medicamentos que provoquem alteração do desempenho intelectual ou motor;

XLIX - não tenha observado as devidas cautelas e técnicas operacionais para porte da arma que estiver utilizando, expondo a risco desnecessário sua integridade física ou de outrem;

L - tenha faltado com o devido zelo na conservação do armamento;

LI - utilizar arma particular durante o regular turno de serviço ou convocações extraordinárias;

LII - não comunicar imediatamente ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal e não elaborar o devido boletim de ocorrência referente ao extravio, furto ou roubo de arma não letal ou arma de fogo que estiver sob sua responsabilidade ou do Certificado de Registro de Arma de Fogo, bem como a sua recuperação;

LIII - não comunicar imediatamente ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal e não elaborar o devido boletim de ocorrência referente ao extravio, furto ou roubo de quaisquer equipamentos ou uniformes fornecidos pelo Município de Votuporanga que estiver sob sua responsabilidade;

LIV - não comunicar imediatamente ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal a mudança de domicílio;

LV - não realizar relatório circunstanciado, ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal e Corregedoria da Guarda Civil Municipal sempre que estiver envolvido em evento de disparo de arma não letal ou arma de fogo em via pública, com ou sem vítima, para justificar o motivo da utilização da arma;

LVI - não estar munido do documento de porte e do certificado de registro da arma que estiver

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Documento assinado digitalmente por: JEZEBEL D. SILVA.  
(\*) (\*) AVISO: ESTE DOCUMENTO FOI IMPORTADO DE OUTRO APLICATIVO E PODE APRESENTAR DIVERGÊNCIAS OU FALHAS NAS INFORMAÇÕES EXIBIDAS. (1)(0)(1)  
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<>> DOCUMENTO OFICIAL <<<<>> DATA / HORA DA IMPORTAÇÃO: 12/02/2026 11:59:09 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.  
CHAVE DE ACESSO: PROT-184548-4M1T8E-2U5L7Z | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

sob sua responsabilidade;

§ 1º A reincidência na prática de infração administrativa disciplinar relacionada neste artigo importará em agravamento à penalidade imposta, podendo, inclusive, ser aplicada a penalidade de demissão, conforme o caso e com observância do disposto no § 2º do art. 31 desta Lei.

§ 2º As infrações administrativas disciplinares referidas nos incisos XLVI, XLVII e XLVIII implicarão na cassação do porte de arma de fogo, conforme previsto no [Decreto Federal nº 5.123, de 1º de julho de 2004](#).

§ 3º As infrações administrativas disciplinares referidas nos incisos LII e LIV implicarão na suspensão do porte de arma de fogo, por prazo estipulado pela Polícia Federal.

Art. 34. A penalidade de demissão será aplicada no caso de prática das seguintes infrações administrativas disciplinares, observando-se o § 2º do art. 31 desta Lei:

I - infringir quaisquer das disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

II - acumular ilegalmente cargo ou função pública;

III - não ser aprovado no curso de formação de Guarda Civil Municipal ou no estágio;

IV - manter-se praticando condutas punitivas de suspensão, de forma reiterada, durante período de um ano;

V - mostrar-se, por seus atos e ações, incompatibilidade com o exercício da função para a qual foi contratado;

VI - praticar qualquer modalidade de crime contra a Administração Pública;

VII - praticar qualquer modalidade de conduta criminosa;

VIII - valer-se do cargo, emprego ou função para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

IX - participar da gerência ou administração de empresa privada, sociedade civil, salvo participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que o Município detenha, direta ou indiretamente, participação do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

X - desempenhar atividades profissionais privadas em favor de terceiros, como procurador, representante legal, mandatário, intermediário ou contratado, diretamente ou através de interpostos.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

pessoa, perante unidades da Administração Pública Municipal direta ou indireta em que esteja lotado, seja através da formulação de requerimento, guichês, processos administrativos ou formalização de qualquer pedido ou pretensão que deva ser submetido à análise, deliberação ou decisão dos órgãos administrativos.

XI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XII - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XIII - proceder de forma desidiosa;

XIV - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XV - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo, emprego ou função que ocupa, exceto em situações de emergências e transitórias;

XVI - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo, emprego ou função e com o horário de trabalho;

XVII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVIII – patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário;

§ 1º O integrante da Guarda Civil Municipal que cometer infração administrativa, disciplinar punida com demissão terá o porte de arma de fogo cassado.

§ 2º O integrante da Guarda Civil Municipal que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar será automaticamente remanejado para as atividades que não exijam o emprego de arma de fogo, até a decisão final do processo e avaliação do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal juntamente com Corregedor da Guarda Civil Municipal que decidirão sobre o retorno ou não à atividade com o uso de arma de fogo, podendo ainda ser solicitado por eles uma nova avaliação psicológica.

§ 3º Nos casos de suspensão do porte de arma de fogo pela Polícia Federal, o Comandante Geral da Guarda Civil Municipal e o Corregedor da Guarda Civil Municipal, deverão observar o prazo de suspensão, devendo a decisão, em caso de retorno à atividade de uso de arma de fogo, não ser inferior ao prazo estipulado pela Polícia Federal.

§ 4º Nos casos de cassação do porte de arma de fogo, que não seja a demissão, o integrante da Guarda Civil Municipal será imediatamente designado às atividades que não exijam o emprego de arma de fogo.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Art. 35. No caso de desligamento do servidor integrante da Guarda Civil Municipal, fica ele obrigado a realizar a entrega, ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal, do seu porte de arma, que deverá ser encaminhado a Polícia Federal para sua invalidação.

Art. 36. O funcionamento da Guarda Civil Municipal será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante:

I - controle interno, exercido por corregedoria, a cargo de Corregedor da guarda, com descrição sumária de funções constante do Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos da Prefeitura do Município de Votuporanga;

II - controle externo e social, exercido pela Ouvidoria Geral do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Aplicam-se aos integrantes da Guarda Civil Municipal as disposições previdenciárias previstas na legislação municipal vigente.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Documento assinado pelo(s): JEZEBEL SILVA.  
(\*)(\*) AVISO: ESTE DOCUMENTO FOI IMPORTADO DE OUTRO APLICATIVO E PODE APRESENTAR DIVERGÊNCIAS OU FALHAS NAS INFORMAÇÕES EXIBIDAS. (1)(0)(1)  
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<>> DOCUMENTO OFICIAL<<<<>> DATA / HORA DA IMPORTAÇÃO: 12/02/2026 11:59:09 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.  
CHAVE DE ACESSO: PROT-184548-4M1T8E-2U5L7Z | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

## JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem por objetivo encaminhar ao Poder Executivo Anteprojeto de Lei que trata sobre a Lei Orgânica da Guarda Civil Municipal de Votuporanga e dá outras providências, para que após estudos o mesmo seja enviado na forma de Projeto de Lei para deliberação deste Parlamento.

Com o crescimento de nosso Município registrado nos últimos anos, resta-se indubitável a necessidade de criarmos a Guarda Civil Municipal com a finalidade de preservar o patrimônio público e ainda auxiliar na prevenção de diversos atos ilícitos que ocorrem no cotidiano.

Válido ressaltar também que o Prefeito do Município vem investindo sobremaneira nas questões relacionadas à segurança pública dentro de sua competência.

A referida Guarda Civil Municipal terá também papel fundamental na prevenção de ilícitos no entorno das escolas municipais e demais instituições de ensino, especialmente no horário de entrada e saída de alunos.

Por fim, também devemos vislumbrar que essa corporação auxiliará sobremaneira a Polícia Militar no que tange à prevenção e combate a criminalidade, evitando que espaços públicos como as praças e demais logradouros públicos sejam utilizados por usuários e traficantes de drogas, sejam alvo de vandalismo, bem como prostituição e outras contravenções penais.

São essas as razões pelo qual achamos de suma importância que o Poder Executivo possa enviar a presente proposta na forma de Projeto de Lei para deliberação deste Parlamento, garantindo assim, a tranquilidade e segurança ao povo votuporanguense.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 17 de abril de 2023.

JEZEBEL SILVA

VEREADORA

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

